

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Mattos é demitido do Vasco

A passagem de Alexandre Mattos pelo Vasco durou pouco mais de três meses. Ontem, o diretor executivo de futebol foi demitido do clube após um desgaste com a comissão técnica de Ramón Díaz e, principalmente, por "quebra de confiança" com os responsáveis pela SAF do clube, a 777 Partners. "Foi uma conjunção de fatores. Mas o principal que eu posso citar aqui foi a quebra de confiança, como aconteceu. Foi o que expliquei a ele hoje. A gente não vai citar mais detalhes em respeito aos nossos processos, nosso compliance, nosso jurídico", disse o CEO Lúcio Barbosa.

CASO ROBINHO Um dia depois de a Justiça brasileira homologar a pena por estupro proferida na Itália, jogador é preso por agentes da Polícia Federal, em Santos. Sentença foi cumprida após STF negar pedido de habeas corpus da defesa

Cumpra-se a pena!

DANILO QUEIROZ

Cronologia

Janeiro de 2013

Robinho e mais cinco homens são acusados de estupro coletivo contra uma jovem de origem albanesa em Milão.

Agosto de 2014

Com o caso em andamento na Itália, Robinho volta ao Brasil para defender o Santos por empréstimo.

Novembro de 2017

Após toda a análise processual, a Justiça italiana condena Robinho a nove anos de prisão. Defesa recorre.

Outubro de 2020

Condenado em primeira instância, o jogador volta ao Santos. Pressão faz o Peixe desistir do acerto.

Janeiro de 2022

Esgotam-se todas as possibilidades de recurso para Robinho e a pena é confirmada na Itália.

Fevereiro de 2023

Itália solicita ao governo brasileiro a homologação da pena no Brasil.

Março de 2024

Por nove votos a dois, STJ aceita homologação da pena proferida na Itália. Ex-atacante é preso em Santos.

Condenado a nove anos de prisão por estupro em grupo cometido contra uma jovem albanesa em uma boate de Milão, na Itália, Robinho começou, ontem, a pagar pelo crime no Brasil. Em um dia movimentado por tentativas frustradas dos advogados de defesa de manter a liberdade do atacante, enquanto não se esgotam os recursos contrários à homologação de transferência da sentença proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o atleta foi detido à noite pela Polícia Federal (PF), em Santos (SP). O início da aplicação da sentença vem 11 anos e dois meses após o início da apuração do caso, em janeiro de 2013.

Em julgamento realizado na quarta-feira, o STJ deu o primeiro passo para Robinho cumprir a pena proferida pela Justiça italiana no Brasil. Nove magistrados da Corte Especial — na qual integram os 15 ministros mais antigos da Casa — aceitaram o pedido da nação europeia para a sentença de nove anos ser homologada no país, com direito a cumprimento imediato da determinação. Horas após a sessão, a equipe de defesa do jogador ingressou com pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) para evitar a prisão do atleta. Na visão dos advogados, havia margem para ele aguardar em liberdade as tentativas de recurso da decisão.

O ministro Luiz Fux foi sorteado como relator do pedido. A negativa veio no início da noite, pouco depois de a Justiça Federal de Santos (SP) expedir um mandado de prisão contra o jogador. "Considerados os fundamentos expostos, não se vislumbra violação, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), de normas constitucionais, legais ou de tratados internacionais, caracterizadora de coação ilegal ou violência contra a liberdade de locomoção do paciente", diz trecho da decisão, ressaltando o cumprimento da Lei de Migração, de 2017, e dos acordos de cooperação internacional entre Brasil e Itália.

Robinho teve a prisão cumprida pela Polícia Federal por volta das 19h45 de ontem. Ele foi detido no condomínio onde mora, no bairro Aparecida, em Santos (SP). Em uma viatura prata descharacterizada, o jogador foi encaminhado à sede da corporação na cidade do litoral paulista. Houve realização de exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML). Cumprindo o procedimento de aplicação

da sentença, o atleta passou por audiência de custódia e o juiz decidiu pela manutenção da detenção. Todo o trâmite teve confirmação feita pela PF, por meio de nota oficial. A pena deve ser cumprida no complexo presidiário de Tremembé (SP).

Questionando pontos da homologação da sentença proferida pelo STJ, a defesa pretende realizar novas tentativas de libertar o atleta. "Se o brasileiro não pode ser extraditado para ser julgado fora do país, mostra-se incompatível com nossa

Constituição aplicar a ele a pena estabelecida em processo julgado no exterior", argumenta trecho da nota oficial publicada horas antes do julgamento. Na visão dos advogados de Robinho, o jogador aguardou em liberdade todo o processo e não representou risco à aplicação da legislação.

Andamento

Em 2017, em primeira instância, a Justiça da Itália decidiu pela pena de nove anos de

prisão para Robinho por participação no crime de estupro coletivo contra a mulher albanesa, então com 23 anos. Na ocasião, o jogador atuava pelo Milan. Após o esgotamento de todas as possibilidades de recurso, a sentença foi sacramentada em 2022. Como estava no Brasil no momento final da condenação, o atleta jamais pagou pelo crime. Durante o processo, Robson de Souza admitiu ter mantido relações com a vítima. No entanto, negou violência sexual. A posição de defesa foi adotada

em outros posicionamentos.

Mais cinco brasileiros foram denunciados por participação no caso da boate Sio Cafe, mas apenas o atleta e Ricardo Falco foram levados a julgamento na Itália. Também condenado, Falco passa pelo mesmo processo de homologação da sentença atravessado por Robinho. O caso dele, no entanto, tramita de maneira mais lenta. Não há, por exemplo, data para o STJ julgar o caso. O processo ainda aguarda um pronunciamento do governo italiano.

Pai de Neymar recua de ajuda a Dani Alves

Expirou o prazo para o pagamento da fiança que colocaria Daniel Alves em liberdade provisória, ontem. Condenado na Espanha a quatro anos e meio de prisão por estupro, o brasileiro recebeu autorização do Tribunal de Barcelona para aguardar, fora da prisão, o trânsito em julgado sob a condição do pagamento de 1 milhão de euros (aproximadamente R\$ 5,4 milhões).

Segundo o jornal *La Vanguardia*, Daniel Alves havia recorrido ao pai do atacante brasileiro Neymar Júnior para arcar com os custos da fiança. No entanto, o empresário recuou da suposta ajuda ao amigo do filho. Nas redes sociais, Neymar da Silva Santos deu a entender que não ofereceu ajuda financeira ao lateral-direito, como admitiu ter feito anteriormente, com o pagamento da multa de 150 mil euros (R\$ 800 mil) como atenuante da pena. Neymar Pai afirmou, ainda, que estão tentando associar o nome dele e o do filho ao caso.

"Estão especulando e tentando associar o meu nome e do meu filho a um assunto que hoje não nos compete mais", disse o pai de Neymar. "Espero que o Daniel encontre junto à sua própria família todas as respostas que ele procura. Para nós, para minha família, o assunto terminou", completou.

O jogador busca novo fiador para arrecadar a quantia e ser liberado hoje. A advogada da vítima, Ester Garcia, classificou como um "escândalo" a decisão da Justiça da Espanha em conceder liberdade provisória a Daniel Alves, e afirmou que vai recorrer. "Parece que está sendo feita justiça para os ricos", disse Ester Garcia, em declarações à rádio catalã *Rac 1*.

A liberdade provisória de Daniel Alves não significa que ele foi absolvido. Depois da condenação no Tribunal de Barcelona, o caso é avaliado pelo Superior Tribunal da Justiça da Catalunha (STJC) e ainda pode ser analisado pelo Tribunal Supremo de Madri, órgão máximo da Justiça da Espanha. O mesmo rito processual vale para a acusação do Ministério Público.

Daniel Alves teve cinco pedidos liberdade provisória negados, sob risco de fuga, antes da condenação. A imprensa da Catalunha considera que uma crise no sistema carcerário do país teria influenciado na decisão a favor do ex-lateral do Barcelona.

Rafael Ribeiro/CBF



Leila Pereira é a primeira mulher chefe de delegação da Seleção masculina

Leila Pereira desabafa: "tapa na cara"

Chefe de delegação da Seleção Brasileira na passagem pela Europa para os amistosos contra a Inglaterra, no sábado, e a Espanha, na terça-feira, Leila Pereira desabafou sobre os casos de crimes sexuais envolvendo Robinho e Daniel Alves e chamou a atenção para o prejuízo causado na sociedade quando se há impunidade. A presidente do Palmeiras é a primeira mulher a ocupar o cargo de representante oficial da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em compromissos oficiais. Destacando o constante silêncio de personagens do

mundo do futebol em torno dos casos como os de Daniel Alves e Robinho, a dirigente comentou os desdobramentos recentes das situações dos ex-jogadores da Seleção Brasileira. "Ninguém fala nada, mas eu, como mulher aqui, na chefia da delegação, tenho que me posicionar sobre os casos de Robinho e Daniel Alves. Isso é um tapa na cara de todas nós, mulheres, especialmente o caso do Daniel Alves, que pagou pela liberdade. Acho importante eu me posicionar. Cada caso de impunidade é a semente do crime seguinte", falou, ao Uol.

Robinho e Daniel Alves viveram passagens marcantes pela Seleção Brasileira nas últimas décadas. O lateral-direito defendeu o país em três Copas do Mundo: 2010, 2014 e 2022. O atacante vestiu verde e amarelo nos Mundiais de 2006 e 2010. Mantendo o modus operandi de outros casos de violência sexual envolvendo jogadores do país, a CBF não se manifestou sobre os casos. Jogadores com convocação frequente repetiram a postura.

Leila tem status de braço direito da CBF durante as passagens por Londres, onde a Sele-

ção Brasileira iniciou a preparação para a Data Fifa de março, e em Madrid, local de realização do segundo compromisso da equipe dirigida pelo técnico Dorival Júnior. Em tese, a função de chefe de delegação está restrita à representação em eventos oficiais extracampo, como reuniões com outros dirigentes e federações. A presidente alviverde, no entanto, foi além. Com o posicionamento, fez uso do espaço para dar destaque ao importante tema dentro de um ambiente no qual o silêncio é usado como triunfo para não se comprometer.